

## INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

### Estrutura do Tribunal

1. Descrever o estágio de implementação da Resolução n.º 219 do CNJ. Estão sendo cumpridos os prazos previstos na Resolução n.º 420/2017 do TRT7? Apresentar as atas das reuniões do comitê de atenção prioritária ao primeiro grau de jurisdição;
2. Indicar o número de servidores que atuam em regime de teletrabalho por unidade e o número de servidores lotados na respectiva unidade.
  - a. Há autorização expressa do presidente para que mais de 30% dos servidores da unidade trabalhem em regime de teletrabalho? Apresentar os atos com a respectiva autorização.
3. Descrever a atuação do grupo nacional (projeto SIGEO/AJG), relatado no item 1.2.14, *in verbis*:

**1.2.14. Informar se no âmbito do Tribunal Regional foi instituído o Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos(CPTEC), nos termos do disposto na Resolução n.º 233/2016 do CNJ. Não.** Este Tribunal participa do grupo nacional (projeto SIGEO/AJG) que irá propor ao CSJT o cadastro nacional para fins de utilização de um sistema de pagamento de peritos com verbas destinada à Assistência Judiciária Gratuita (AJG) no âmbito da Justiça do Trabalho.

4. Descrever os procedimentos adotados pelo Tribunal para a elaboração das metas do Poder Judiciário (ex: pesquisas com jurisdicionados, servidores, advogados e magistrados).
5. Em relação aos servidores, quantas sindicâncias, inquéritos e processos administrativos foram instaurados no triênio 2016/2018?
6. Em relação às diárias, detalhar o motivo pelo qual foram concedidas diárias a magistrados e servidores no período compreendido entre janeiro a julho de 2018.

### e-Gestão:

7. Conforme relatório de "PROCESSOS SUSPEITOS" do Sistema e-Gestão, em relação ao 1º Grau, foram identificados, no âmbito do TRT17, em 31/5/2018,

419 processos pendentes de execução que estavam em mais de um sistema ou situação simultaneamente e 645 processos pendentes de finalização em mais de uma fase ou sistema ao mesmo tempo (tabela anexa). Há alguma justificativa para tais dados?

8. Consoante relatório de "PROCESSOS SUSPEITOS" do Sistema e-Gestão, em relação ao 2º Grau, foram identificados, no âmbito do TRT17, em 31/5/2018, 178 processos pendentes de julgamento sendo informados mais de uma vez no mesmo item e 114 processos pendentes de julgamento que constavam em mais de um item. Foram identificados, ainda, 212 processos sendo informados em um item de pendência sem que constassem também no saldo de processos pendentes de julgamento e 309 processos que integram esse saldo não estão sendo informados em seu correspondente item de pendência (tabela anexa). Há alguma justificativa para tais dados?
9. Consoante informações extraídas do Sistema e-Gestão, o processo na fase de conhecimento mais antigo pendente de julgamento (sem sentença) no TRT7, em 31 de maio de 2018, foi distribuído no ano de 1997 (0176500-76.1997.5.07.0010). Esse dado apresenta-se correto ou se trata de inconsistência? Segundo o e-Gestão, a Região Judiciária possui 82 processos pendentes de julgamento ajuizados há mais de 5 anos (lista anexa). Está correto ou se trata de inconsistência?

#### **Movimentação Processual:**

10. Consoante informações extraídas do Sistema e-Gestão, de janeiro a maio de 2018, o TRT7 iniciou 3.894 liquidações. No mesmo período, foram encerradas 2.696 liquidações pelo Tribunal Regional. Num tal contexto, identificou-se um decréscimo significativo na taxa de produtividade do TRT7, que caiu de 87,7% em 2017 para 69,2% em 2018. Há alguma justificativa para os dados apresentados?
11. Conforme dados extraídos do Sistema e-Gestão, o TRT7 possuía, em 2017, 4.504 liquidações pendentes (incluídas aí as liquidações que estavam em arquivo provisório). Em 2018, esse número caiu para 3.363 liquidações pendentes, não obstante tenha o TRT7 apresentado uma taxa de produtividade inferior a 100% no período - o que configura uma inconsistência. Há alguma justificativa para tal dado?

### **Conciliação:**

12. Informar quais são os critérios objetivos utilizados para a designação dos magistrados coordenadores do CEJUSC. Na resposta ao item 5.4 do questionário 1 não há esclarecimentos quanto aos critérios utilizados.
13. Há dados estatísticos relativos ao número de audiências e acordos realizados no âmbito do CEJUSC de 1º grau no ano de 2018? No item 5.8, os números informados em relação a 2018 são os mesmos daqueles informados no último parágrafo do item 5.7, o que deixa a impressão de que somente houve acordos no âmbito do CEJUSC de 2º grau.
14. O Tribunal realiza pautas prioritárias, reúne processos de grandes litigantes ou utiliza-se de outras medidas visando estimular a atividade conciliatória?
15. Já nos foi informado que até o presente momento não houve Correição Ordinária no âmbito do CEJUSC. No entanto, há previsão para que ocorra?
16. O que seria a ferramenta digital "Comunicação Pública Nacional"?

### **Efetividade da Execução:**

17. Informar o nome dos integrantes do Núcleo de Pesquisa Patrimonial do TRT7 - juízes e servidores, com suas respectivas qualificações.

### **Responsabilidade Institucional**

18. Conforme dados extraídos do Sistema e-Gestão, o prazo médio de admissibilidade do Recurso de Revista em 2017 alcançou o patamar de 106,1 dias, mais que o dobro do prazo médio observado no 1º semestre de 2018, de 45,8 dias. Há motivo técnico quanto ao lançamento dos dados ou de organização administrativa do setor que justifique tal discrepância em relação aos dados de 2016 e 2018? A que o TRT7 atribui referido resultado de 2017?
19. Esclarecer os motivos pelos quais o NUGEP ainda não se encontra em atividade.

### **Precatórios e Requisições de Pequeno Valor:**

20. Em resposta ao item 8.3 do questionário 1 foi informado que não há outro órgão que auxilie o Juízo Auxiliar de Conciliação no processamento dos

precatórios. No entanto, a partir da leitura das normas internas do TRT7, bem como de outros trechos do questionário, verifica-se a existência da Divisão de Precatórios, Requisitórios e Cálculos Judiciais. Assim, solicita-se que sejam informadas as atribuições, rotinas, bem como quadro de pessoal do aludido órgão;

21. Na resposta já encaminhada a esta CGJT, informou-se que os ofícios precatórios são expedidos pelas Varas do Trabalho (Artigo 27 da Resolução 188/11). Assim, favor detalhar todo o trâmite entre a expedição do ofício pela VT, passando pela atuação da Divisão de Precatórios e do Juízo Auxiliar, até o pagamento final ao beneficiário.
22. No item 8.4 do questionário 1 foi informado que a direção administrativa do órgão competente pela tramitação dos precatórios é ocupada por servidor não pertencente ao quadro efetivo do Tribunal. Registrou-se, ainda, que referida situação foi noticiada ao CNJ. Solicitamos o encaminhamento da resposta do CNJ. Ademais, favor informar o nome do servidor, função que ocupa, bem como a qual órgão público está vinculado, caso possua vínculo estatutário com a Administração Pública;
23. A partir do exame das informações prestadas nos itens 8.5, 8.9 e 8.17 do questionário 1, constatase que não há dados relacionados a supostos precatórios federais. Assim, favor confirmar se realmente não há precatórios pendentes de pagamento vinculados à União (vincendos e vencidos). Caso haja, favor especificar de forma detalhada;
24. No item 8.7 do questionário 1 não foi informada a quantidade de precatórios cumpridos (quitados). Assim, solicita-se que os dados sejam encaminhados. Ademais, não se especificou se os valores informados se referem ao somatório dos precatórios expedidos ou cumpridos. Favor especificar.
25. No item 8.7 do questionário 1, aparentemente onde foi informado o número de precatórios EXPEDIDOS, na verdade se refere ao número de precatórios RECEBIDOS. Favor rever o número de precatórios EXPEDIDOS.
26. A partir da consulta junto ao sistema e-Gestão, constata-se a existência de 258 precatórios pendentes de EXPEDIÇÃO até 30 de junho de 2018.

Favor informar o motivo do número de precatórios que aguardam expedição, considerando que até o aludido mês de referência 139 precatórios foram EXPEDIDOS;

27. Informar o número atual (até julho de 2018) de precatórios que já apresentam valores disponibilizados pelos Entes Públicos, ou seja, já cumpridos, mas que se encontram em trâmite para pagamento aos beneficiários;
28. Detalhar os procedimentos adotados pelo órgão competente entre a data da disponibilização do crédito pelo Ente Público e o efetivo pagamento aos credores. Informar o prazo médio para que todas as etapas sejam cumpridas;
29. Dos dados apresentados no item 8.20 do questionário 1 não foi possível extrair a quantidade de requisições de pequeno valor **federais** expedidas e cumpridas, referente a cada ano, 2016, 2017 e 2018 (até o mês de maio), tampouco os valores correspondentes. Assim, solicitamos o reenvio das informações separadas por ano;
30. Segundo informações prestadas no questionário 1, há 53 entes públicos vinculados ao regime comum de pagamento que apresentam precatórios vencidos (item 8.18). Registrou-se que atualmente há 23 convênios em vigor, o que demonstra que não há qualquer tipo de acordo com 30 devedores. Nesse contexto, favor informar a periodicidade com que esses entes são instados a firmar convênios, bem como detalhar a forma de atuação do Tribunal.

### **Boas Práticas**

31. O Tribunal realizou alguma ação concreta no âmbito do Comitê Interinstitucional do Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho?
32. Informar, no tocante aos seguintes eventos, as datas em que foram realizados: Semana Nacional da Aprendizagem; seminários sobre "Trabalho Seguro no Ambiente Laboral"; Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes de Trabalho; e Semana de Saúde do Servidor e de Prevenção de Acidentes e Doenças Ocupacionais.
33. Quanto às mostras itinerantes "Um Mundo Sem trabalho Infantil" e "Erradicação do Trabalho Infantil: Uma questão cultural", informar quando e



